
Em 10 anos, condenações por improbidade somam R\$ 3,2 bilhões

De maio de 1995 a julho de 2016, as condenações com trânsito em julgado por improbidade administrativa resultaram no pagamento de R\$ 3,208 bilhões. Foram 11.607 condenações em 6.806 processos, sendo que o tempo médio para a condenação é de seis anos.

Os dados estão em levantamento feito pela Associação Brasileira de Jurimetria e divulgado pelo Instituto Não Aceito Corrupção. O banco de dados utilizado é o do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade, do Conselho Nacional de Justiça.

Do total pago por causa das condenações, R\$ 1,525 bilhão foi em ressarcimento aos cofres públicos; R\$ 1,557 bilhão, em multas; e R\$ 126,782 milhões, em bens confiscados.

Das 11.607 condenações, 93,3% (10.829) são de pessoas físicas, e 6,7%, de pessoas jurídicas. A maioria das pessoas físicas condenadas é de funcionários públicos: 76,7%. Os 23,3% demais são particulares.

Punições mais comuns por improbidade administrativa

Multas	74,1%
Proibição de contratar com o poder público	68,3%
Suspensão dos direitos políticos	64%
Inelegibilidade	58,7%
Ressarcimento integral do dano	54,5%
Perda de cargo, emprego ou função pública	25,4%
Perda de bens ou valores	4,3%

Date Created

29/08/2017